

PARTE III

Notas países





ANGOLA

- A economia angolana irá continuar a sofrer os efeitos das significativas baixas dos preços do petróleo, com uma desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) previsto para 3.8% em 2015 e 4.2% em 2016, abaixo dos 4.5% registados em 2014.
- As reformas estruturais são imperativas a fim de aumentar a eficiência na distribuição dos recursos e na criação de condições para uma rápida taxa de crescimento económico e de desenvolvimento equitativo no futuro.
- É necessário melhorar a gestão das receitas dos recursos não renováveis com vista a melhorar a inclusão territorial e criar poupanças para as gerações futuras.

A economia angolana foi duramente atingida pelo declínio acentuado dos preços internacionais do petróleo, bem como pela redução temporária da sua produção devido a uma permanente falta de planeamento da manutenção dos campos petrolíferos e a uma prolongada seca. No entanto, políticas macroeconómicas robustas ajudaram a garantir uma taxa de crescimento económico de 4.5% em 2014, abaixo dos 6.8% verificados em 2013. Ao longo de 2015/16, Angola irá continuar a sofrer os efeitos de significativas baixas dos preços do petróleo. Prevê-se que a descida dos preços do petróleo conduza a consideráveis cortes na despesa pública com a consequente desaceleração da taxa de crescimento do PIB para 3.8% em 2015. No entanto, espera-se que o crescimento recupere para 4.2% em 2016.

O crescimento e o desenvolvimento equitativo encontram-se condicionados por constrangimentos ligados ao ambiente de negócios, a uma inadequada governação e transparência na gestão dos recursos públicos e à fraca qualidade e manutenção das infraestruturas físicas. Existem também constrangimentos ligados à limitada qualidade dos recursos humanos, ao fraco crescimento agrícola, a uma ineficiente disponibilidade de serviços públicos para os mais carenciados e a dificuldades em gerir as receitas dos recursos não-renováveis para que se crie poupança destinada às gerações futuras. As pressões sociais estão a aumentar, não só devido à elevada taxa de desemprego (26%), particularmente entre os jovens, mas também a um significativo nível de pobreza que afeta 36.6% da população e a uma elevada desigualdade de rendimento, com um coeficiente de Gini de 55.3. Neste contexto, são imperativas reformas estruturais para acelerar a diversificação da economia, reduzir a dependência de recursos naturais, aumentar a produtividade, melhorar a distribuição de recursos e criar condições para uma rápida taxa de crescimento económico e desenvolvimento equitativo.

27 anos de guerra agravaram as já grandes e persistentes desigualdades regionais, o que desencadeou uma migração sem precedentes das zonas rurais para as zonas urbanas. O Programa de Investimento Público tem contribuído para melhorar a distribuição de recursos públicos, mas são necessários mais esforços para melhorar a qualidade e disponibilidade de infraestruturas económicas e sociais. Considerando os conflitos territoriais que podem resultar do isolamento económico das regiões e das populações, em grande parte provocado pela guerra, o governo aprovou um conjunto de benefícios fiscais, oferta de infraestruturas físicas em zonas económicas especiais e o desenvolvimento de polos industriais, como parte do Programa de Industrialização Nacional, 2013-2017. O acesso ao crédito pelas pequenas e médias empresas tem vindo a ser facilitado e têm vindo a ser desenvolvidas ligações económicas com vista a reduzir as assimetrias regionais. No entanto, a descentralização orçamental continua a ser limitada, com 80% dos recursos públicos a serem geridos a nível central. Prevê-se que o censo da população de maio de 2014 seja utilizado para a elaboração de uma abrangente Política Nacional da População que permita antecipar as consequências do crescimento da população e resultante pressão sobre os recursos naturais.

Indicadores macroeconómicos

	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Crescimento real do PIB	6.8	4.5	3.8	4.2
Crescimento real do PIB per capita	3.7	1.4	0.7	1.1
Inflação medida pelo IPC	8.8	7.4	8.0	8.7
Saldo orçamental, em % do PIB	0.3	-2.2	-10.6	-7.7
Conta corrente, em % do PIB	5.8	2.7	-5.9	-2.2

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.



CABO VERDE

- Com uma taxa de crescimento real do PIB de 2% registada em 2014, a recuperação económica continua a ser moderada devido ao fraco crescimento da economia nacional e internacional, mantendo-se o turismo, o investimento estrangeiro no âmbito do turismo e a construção como os motores do crescimento da economia cabo-verdiana.
- A situação orçamental de Cabo Verde melhorou ligeiramente num contexto de redução gradual do programa de investimento público em ano pré-eleitoral, mas continua vulnerável.
- Embora Cabo Verde tenha registado progressos económicos nos últimos anos, existem bolsas de exclusão espacial, evidenciadas por uma forte emigração vinda das ilhas menos desenvolvidas.

Exposto a um difícil ambiente externo, o crescimento económico de Cabo Verde desacelerou de 4.0% em 2011 para 0.7% em 2013. No último ano, o país foi particularmente afetado por um declínio das remessas dos emigrantes e do investimento direto estrangeiro (IDE) da Europa, bem como da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Em 2014, a taxa de crescimento do PIB subiu para uns modestos 2.0%, liderada pelo setor da construção, considerando que o turismo teve uma contribuição negativa. Espera-se que o crescimento económico melhore em 2015/16 para uma taxa acima dos 3%. Este crescimento será um resultado de um bom desempenho do setor turístico, do restabelecimento do crescimento do crédito privado, da diversificação da produção em áreas como a agricultura e as pescas, do aumento na produtividade e de uma modesta recuperação da economia na zona do euro.

O governo tem reduzindo gradualmente seu ambicioso programa de investimentos públicos (PIP) devido à necessidade de garantir a sustentabilidade da dívida. Ao longo dos últimos anos a combinação decorrente de um fraco desempenho das receitas, associado a despesas de capital mais elevadas, conduziu a uma dívida pública de 107% do PIB, registada no final de 2014, o que significa um aumento de 50 pontos percentuais desde 2008. Embora o financiamento da dívida tenha sido altamente concessional, existem riscos para a sustentabilidade da mesma se o progresso na consolidação orçamental falhar. Perante a menor capacidade do país em contrair empréstimos, tornou-se fundamental uma maior mobilização de receitas internas, no sentido de assegurar a estabilidade macroeconómica. Um amplo conjunto de reformas foi já implementado para reestruturar e racionalizar as políticas fiscais de acordo com melhores práticas internacionais, e estão em curso esforços para aumentar a eficiência da administração fiscal. Como as condições monetárias melhoraram e os empréstimos mal parados estão a ser gradualmente resolvidos, os bancos estão numa melhor posição para aumentar o crédito ao setor privado.

Em Cabo Verde, quase meio milhão de pessoas estão concentradas nas duas ilhas de São Vicente e do Sal, e na Praia, a capital do país, onde as oportunidades económicas são mais favoráveis. As pessoas emigraram das ilhas menos desenvolvidas, especialmente Brava e São Nicolau, onde as bolsas de exclusão espacial persistem. A crescente pressão demográfica resultante da migração, provocou uma forte pressão nas infraestruturas e nas condições ambientais, associada a problemas sociais e económicos, incluindo o crime. Lidar com esses desafios exige esforços em todos os níveis de governo.

A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde representa, portanto, uma visão nacional que tem por objetivo promover um desenvolvimento mais equitativo nas diferentes ilhas, especialmente naquelas com maiores níveis de pobreza e de exclusão espacial. Neste contexto, as autoridades desenvolveram políticas e estratégias e implementaram programas de investimentos no sentido de mitigar aqueles problemas. As medidas implementadas estão a produzir resultados, como é demonstrado pelo aumento do acesso à água e ao saneamento básico e pela redução das taxas de incidência da pobreza.

Indicadores macroeconómicos

	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Crescimento real do PIB	0.7	2.0	3.1	3.6
Crescimento real do PIB per capita	-0.2	1.1	2.1	2.7
Inflação medida pelo IPC	1.5	-0.4	2.2	2.4
Saldo orçamental, em % do PIB	-9.0	-8.0	-7.1	-6.2
Conta corrente, em % do PIB	-3.5	-9.0	-8.6	-7.9

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.



GUINÉ-BISSAU

- Com um crescimento estimado de 2.6% em 2014 (contra 0.9% em 2013) e de 3.9% em 2015, a recuperação económica prossegue, mas continua a ser altamente dependente do clima sociopolítico, do desempenho do setor de castanha de caju e da ausência do contágio do vírus Ébola, que se observa em países vizinhos.
- A normalização sociopolítica permitiu o regresso efetivo dos parceiros técnicos e financeiros e uma melhor situação orçamental, ainda que a capacidade do Estado para expandir a sua base fiscal, gerir a massa salarial e melhorar as cobranças seja determinante para a recuperação a médio prazo.
- Nos últimos anos, o contexto humano e social deteriorou-se e as prestações sociais permanecem bem abaixo das necessidades, dada a precariedade dos recursos públicos.

Depois de um período de transição, marcado por uma desaceleração da economia, o regresso à ordem constitucional permitiu uma recuperação do crescimento estimado em 2.6% em 2014, contra 0.9% em 2013 e -2.2% em 2012. Impulsionado pela normalização política e pelo regresso dos parceiros técnicos e financeiros (PTF) ao país, o crescimento foi também impulsionado pelas exportações de caju, contrariamente a 2013. No entanto, este crescimento renovado permanece frágil, dados os grandes problemas estruturais, o baixo nível das infraestruturas e do capital humano e a fragilidade da governação económica.

A taxa de crescimento pode chegar a 3.9% em 2015 e 3.7% em 2016, em função do clima sociopolítico, do escoamento da campanha agrícola de bens alimentares, da campanha da castanha de caju, mas também dos progressos realizados em matéria de governação económica e orçamental. Com uma taxa de pressão fiscal entre as mais baixas da zona da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e um rácio receita/massa salarial elevado, a capacidade do Estado para mobilizar recursos fiscais e gerir a sua massa salarial será decisiva. A segurança alimentar continua ameaçada pela volatilidade das campanhas agrícolas. Em 2015, a produção de arroz deve cobrir apenas três meses de consumo. Além disso, a expansão do vírus Ébola na Guiné-Bissau a partir da vizinha Guiné representa uma ameaça real que poderá destruir os esforços de desenvolvimento, colocando o país em dificuldades económicas e humanas.

Em termos orçamentais, o retorno à ordem constitucional permitiu a repatriação efetiva dos parceiros técnicos e financeiros que tinham abandonado o país na sequência do golpe de estado. A reativação dos acordos de pesca com a União Europeia e o desembolso da primeira parcela do apoio orçamental europeu, em dezembro de 2014, melhorou a situação orçamental e afetou positivamente o crescimento. Em 2014, o saldo primário deverá situar-se em -2.1% do PIB. Quanto à inflação, a mesma será revista em alta por influência da subida da procura, situando-se nos 2.6% em 2015 e 2.4% em 2016.

A situação social continua a ser preocupante. O país tem um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Na área da saúde, as prestações continuam aquém das necessidades dada a fragilidade dos recursos do Estado. Na educação, o desempenho encontra-se abaixo das médias regionais. Além disso, os múltiplos problemas orçamentais dos últimos anos provocaram a acumulação de pagamentos em atraso e numerosas greves têm perturbado o ano letivo 2013/14.

Indicadores macroeconómicos

	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Crescimento real do PIB	0.9	2.6	3.9	3.7
Crescimento real do PIB per capita	-1.5	0.2	1.6	1.3
Inflação medida pelo IPC	0.8	0.6	2.6	2.4
Saldo orçamental, em % do PIB	-1.4	-2.1	-3.9	-3.4
Conta corrente, em % do PIB	-4.1	-0.5	-0.8	-1.2

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.



MOÇAMBIQUE

- Em 2014, o PIB real cresceu 7.6% e deverá manter-se elevado, em 7.5% e 8%, respetivamente, em 2015 e 2016, impulsionado pelos setores dos transportes e comunicações e da construção.
- As eleições legislativas e presidenciais de 2014 confirmaram a Frelimo no poder. No entanto a Renamo ainda não aceitou o resultado das eleições, embora os seus deputados tenham assumido os respetivos lugares no parlamento. A implementação do acordo de paz de setembro 2014 será fundamental para garantir a futura inclusão política, a paz e a segurança interna.
- Grandes projetos e o desenvolvimento de infraestruturas relacionadas com a extracção mineira, no centro e norte do país, oferecem uma oportunidade única para aumentar a inclusão espacial e fomentar uma maior descentralização e a expansão da integração regional, seguindo o modelo bem-sucedido do Corredor de Maputo.

Em 2014, a economia de Moçambique continuou a registar bons resultados, com um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 7.6% e as perspetivas a permanecerem positivas. É esperado um crescimento sustentado de 7.5% em 2015 e de 8% em 2016. Como nos anos anteriores, os principais motores do crescimento continuarão a ser a despesa pública e o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Os principais setores beneficiários são a construção, serviços às empresas, transportes e comunicações, o setor financeiro e as indústrias extrativas. No curto prazo, o principal desafio de Moçambique reside em manter-se atrativo para o IDE e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade orçamental e da dívida. Os elevados défices orçamentais consecutivos, que atingiram 10.1% do PIB em 2014, atiraram a dívida pública para 56.8% do PIB. Prevê-se uma consolidação orçamental progressiva em 2015 e 2016, acomodando também uma diminuição do apoio ao orçamento por parte dos doadores.

Apesar da produção de carvão ter sido menor do que o previsto, o setor extrativo é um importante motor económico. O governo reviu completamente o enquadramento legal e fiscal para o setor de mineração e hidrocarbonetos, com o objetivo de aumentar as receitas e ampliar a participação nacional no setor. Foi negociado um contrato para a concessão de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL), embora a actual depressão nos mercados internacionais do petróleo possa atrasar a decisão final de investimento e a implementação do projeto. Mesmo assim, um quinto concurso internacional foi lançado para a exploração de novos campos de petróleo e gás, abrindo perspetivas de novas descobertas de hidrocarbonetos. O persistente conflito armado latente entre o governo e a Renamo (*Resistência Nacional Moçambicana*) terminou num acordo de paz, em agosto de 2014, abrindo o caminho para as pacíficas eleições legislativas e presidenciais de outubro. A Frelimo (*Frente de Libertação de Moçambique*) venceu e o seu candidato Filipe Nyusi é o novo presidente.

Moçambique estruturou a sua estratégia de desenvolvimento de acordo com os Programas de Iniciativas Regionais de Desenvolvimento Espacial (RSDIP, sigla em inglês) e os polos de crescimento (PC). Estes polos procuram ampliar o impacto dos limitados recursos financeiros, otimizando os investimentos de infraestruturas em áreas-chave ou ao longo de corredores geográficos. Normalmente ancorados em grandes projetos públicos, os RSDIP e os GP visam fomentar o crescimento, atraindo pequenas e médias empresas a montante e a jusante dos projetos de investimento de grande escala. O Corredor de Desenvolvimento de Maputo, considerado um modelo para as estratégias RSDIP e GP, está entre os corredores mais desenvolvidos da África subsariana e tem sido muito bem-sucedido no âmbito do desenvolvimento económico local. Moçambique tem dois polos de crescimento e cinco corredores principais de desenvolvimento.

Indicadores macroeconómicos

	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Crescimento real do PIB	7.4	7.6	7.5	8.1
Crescimento real do PIB per capita	4.9	5.1	5.1	5.7
Inflação medida pelo IPC	4.2	2.4	5.1	5.6
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.9	-10.0	-7.4	-6.7
Conta corrente, em % do PIB	-37.2	-39.2	-45.7	-46.8

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- O crescimento real do PIB acelerou para 4.9% em 2014, acima dos 4.0% registados em 2013, impulsionado pela melhoria da produção agrícola e dos serviços, e a tendência deverá manter-se em 2015, com um crescimento projetado de 5.1%.
- O país, com uma boa governação baseada no Estado de direito, realizou eleições legislativas livres e transparentes em 12 de outubro de 2014, oferecendo um ambiente promissor para a estabilidade política e reforço da confiança dos investidores.
- Como pequeno país insular, São Tomé e Príncipe enfrenta desafios de inclusão espacial devido à subida do nível das águas do mar causada pelas alterações climáticas e à falta de uma estratégia nacional de combate às desigualdades territoriais.

São Tomé e Príncipe registou um crescimento real do PIB de 4.9% em 2014, acima dos 4.0% verificados em 2013, ancorado em medidas restritivas de política ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado 2012-2015, implementada com apoio do FMI, e impulsionado pela expansão dos serviços e da agricultura. O regime de câmbio fixo decorrente da ancoragem da dobra ao euro continua a orientar a política monetária do país. Como resultado, o índice de preços do consumidor caiu para 6.3% em 2014, comparado com 8.1% em 2013. Em 2015, a economia deverá crescer 5.1% e a inflação diminuir para 5.2%, apoiada pelo acordo de paridade cambial.

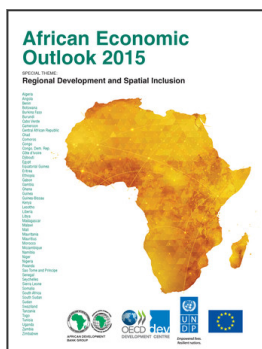
O governo implementou reformas económicas estruturais que têm ajudado a melhorar os seus indicadores macroeconómicos e a proporcionar um ambiente mais propício aos investidores privados. As reformas incluem a abolição dos requisitos mínimos de capital por parte das entidades empresariais para a obtenção de uma licença comercial, bem como o lançamento de um “projeto de inclusão do contribuinte” para fortalecer a administração das receitas. Medidas adicionais incluem a aprovação de uma nova lei sobre a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Em janeiro de 2014, as autoridades aprovaram um orçamento de 159 milhões de USD para 2014, ancorado em quatro princípios fundamentais: i) a promoção da sustentabilidade institucional e da estabilidade política; ii) a revitalização dos setores primário e terciário da economia; iii) a melhoria do ambiente de negócios; e iv) o desenvolvimento de infraestruturas. Cerca de 93% das despesas de capital deveriam ser financiadas através de ajuda externa assente em donativos (47.6% da ajuda externa) e empréstimos (52.4%). A promulgação do orçamento para 2015 foi adiada, com a discussão no parlamento prevista para março de 2015.

O quadro legislativo destinado a garantir a inclusão espacial não está suficientemente desenvolvido em São Tomé e Príncipe. Em 1977, dois anos após a independência de Portugal, o governo implementou reformas fundamentais e privatizou as terras das plantações de propriedade portuguesa. As reformas destinavam-se a reduzir as disparidades entre as zonas urbanas e rurais, mas o setor agrícola tem enfrentado grandes dificuldades devido à falta de investimento e de mão-de-obra qualificada. Ao mesmo tempo, a descentralização do poder de decisão, que visa transferir uma maior autonomia para os organismos governamentais locais e regionais ainda tem de provar a sua eficácia. As zonas rurais ainda estão confrontadas com vários desafios de inclusão, entre os quais o acesso ao saneamento, água potável, escolas e hospitais. Por outro lado, os desafios decorrentes das alterações climáticas estão a aumentar, com a agricultura afetada pelo aumento das temperaturas e a diminuição simultânea das chuvas, ao mesmo tempo que o país, como um todo, está ameaçado pela subida do nível das águas do mar e a erosão das zonas costeiras.

Indicadores macroeconómicos

	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Crescimento real do PIB	4.0	4.9	5.1	5.4
Crescimento real do PIB per capita	1.4	2.4	2.7	3.0
Inflação medida pelo IPC	8.1	6.3	5.2	4.4
Saldo orçamental, em % do PIB	-11.3	-9.4	-7.2	-8.0
Conta corrente, em % do PIB	-18.3	-17.0	-10.7	-12.9

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.



From:
African Economic Outlook 2015
Regional Development and Spatial Inclusion

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), "Notas países", in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-14-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.